



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

Percepção do Discente No Curso De Ciências Contábeis (Ccae/Ufpb) Sobre A Importância De Um Planejamento Previdenciário

Área da pesquisa: interdisciplinar.

Ayslane Emidio Bezerra Lima - UFPB - ayslane.bml@gmail.com
Daniel César Franklin Chacon - UFPB - danielchaconadv@hotmail.com
João Marcelo Alves Macedo - UFPB - joao.marcelo@academico.ufpb.br
Edilane do Amaral Heleno - UFPB - edilane.amaral@gmail.com

Resumo

Levando-se em consideração a complexidade em nosso país do sistema público de previdência social, a realização de um planejamento previdenciário apresenta a sua relevância. É pertinente observar a existência de sistemas complementares, a fim de que se elabore um eficaz planejamento. Considerando que o aprendizado sobre questões previdenciárias pode ter início desde a graduação, e influenciar positivamente, no presente, a vida profissional e pessoal, esse artigo tem como objetivo geral: investigar o conhecimento e o grau de importância que os alunos de contabilidade, do Campus IV, têm sobre o planejamento previdenciário, bem como, de que forma, o curso de graduação influenciou seu pensamento em refletir sobre a necessidade de se obter uma previdência complementar. Especificamente, a pesquisa busca: determinar se os alunos estão confiantes no sistema previdenciário público brasileiro atual, descrever conhecimentos já existentes sobre o tema e observar o posicionamento dos discentes sobre o assunto proposto. A metodologia se apoia no viés qualitativo, bibliográfico, documental, descritivo e interpretativo; também por dados quantitativos extraídos da aplicação de um questionário, cujo teor aborda duas partes: perfil dos entrevistados e percepção dos discentes sobre o planejamento previdenciário. A população da pesquisa representou uma amostragem de 130 discentes. O resultado da pesquisa constatou que o nível de conhecimento dos discentes sobre o planejamento é insatisfatório, e ainda pouco debatido no espaço acadêmico. Sugere-se a continuidade, dentro do curso, de estudos referentes ao tema.

Palavras-chave: Planejamento previdenciário. Previdência Pública. Percepção de discentes. Previdência complementar.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B574p Lima, Ayslane Emidio Bezerra.

Percepção dos discentes no curso de ciências contábeis (CCAUE/UFPB) sobre a importância de um planejamento previdenciário / Ayslane Emidio Bezerra Lima. - Mamanguape, 2023.
13 f. : il.

Orientação: Daniel César Frankilin Chacon.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAUE.

1. Planejamento previdenciário. 2. Previdência Pública. 3. Percepção de discentes. 4. Previdência complementar. I. Chacon, Daniel César Frankilin. II. Título.

UFPB/CCAUE

CDU 657.05

1 Introdução

O planejamento pessoal e profissional, no tocante às suas perspectivas de Seguridade Social, tem como função evitar situações insalubres e adversas, trazendo benefícios futuros ao indivíduo. O planejamento previdenciário, se apresenta como uma oportunidade de garantia de um futuro pessoal satisfatório em relação ao bem-estar das pessoas. No sistema previdenciário brasileiro, marcado por complexidade, instabilidade e reformas previdenciárias frequentes, o indivíduo almeja, mesmo diante dessas dificuldades, organizar-se para que conquiste benefícios compatíveis à sua realidade e de seus familiares, bem como, se proteger e prevenir de situações adversas.

Mediante esses fatos, é possível reconhecer a importância, para o cidadão, sobre o conhecimento de como fazer essa organização, e de quais formas elas poderão beneficiá-lo em um futuro oportuno, realizando, enquanto ainda for economicamente ativo, um planejamento previdenciário que possa proporcionar conforto no momento que capacidade laborativa estiver impossibilitada.

Monte (2021), relata que os assuntos previdenciários apresentam a sua relevância para a sociedade de forma geral, por servir de auxílio em momentos adversos, e devem ser observados desde a graduação dos cursos que lidam com a temática. Segundo relatos de Teixeira, et al (2019), o graduando em ciências contábeis possui um perfil que tende a vislumbrar perspectivas futuras, e realizar planejamentos preventivos à futuras instabilidades, evidencia-se então a importância dos conhecimentos sobre o planejamento previdenciário.

A justificativa deste trabalho baseia-se na importância do conhecimento previdenciário e sua aplicação, mediante os conhecimentos que o discente pode absorver durante a graduação, através das disciplinas oferecidas pela matriz do curso, além dos riscos que um planejamento previdenciário tardio pode trazer ao indivíduo. Assim, este estudo tem a seguinte questão central de investigação: As disciplinas ofertadas na graduação do curso de Ciências Contábeis auxiliaram os alunos a refletir sobre um planejamento previdenciário?

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar o conhecimento e o grau de importância que os alunos de contabilidade, do Campus IV, têm sobre o planejamento previdenciário, bem como, de que forma, o curso de graduação influenciou seu pensamento em obter previdência complementar. Os objetivos específicos foram limitados a dois aspectos: determinar se os alunos estão confiantes no sistema previdenciário público brasileiro atual; descrever conhecimentos já existentes sobre o tema e observar o posicionamento dos discentes sobre o assunto proposto.

A metodologia da pesquisa baseia-se em processos de análise de dados extraídos de questionários, sendo essa executada de forma presencial e por meio de formulário eletrônico através da plataforma Google Formulário. Ela foi aplicada aos discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, no Campus IV, localizado no município de Mamanguape. A análise desta pesquisa gerou informações utilizadas de forma que atenda o que foi estabelecido pelo questionário. Os discentes do curso de Ciências Contábeis da UFPB, Campus IV, localizado em Mamanguape fizeram parte da população e amostra da pesquisa, sendo ela aplicada a um total de 130 alunos que compreendem a faixa etária de 17 a 35 anos entre o 1º período e o 8º período.

2 Referencial teórico

Esta seção resume os conceitos mais importantes que envolvem o estudo atual, bem como as questões envolvendo o conceito histórico da seguridade social, um panorama sobre os regimes previdenciário público,

2. 1 Seguridade social

Ao longo da história do Brasil, os planos de assistência foram usados para reduzir as desigualdades e atender à carência da população que precisava de assistência, garantindo assim que os ‘mínimos sociais’ fossem fornecidos a toda a nação. Os planos de seguridade social no Brasil podem beneficiar estrangeiros, ricos ou pobres, independentemente de ser contributivos (SANTOS, 2022). Esse autor também fala sobre a segurança social, que inclui saúde, previdência e assistência social. O primeiro artigo da Lei 8.212/91 diz: “[...] a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1991).

A participação da população em cada uma dessas ações é exigida, conforme estabelecido nos artigos 8.212/91. O estado é responsável por cuidar da saúde de todos, brasileiros ou estrangeiros. A classe social e as carências da sociedade determinarão quem receberá assistência social. A Previdência Social será expandida para aqueles que contribuem para pagar. Para receber os benefícios, a idade, o tempo de serviço e a contribuição do indivíduo serão avaliados (Brasil, 1991).

2. 2 Regime geral de previdência social (RGPS)

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) formam parte do sistema previdenciário do Brasil, de acordo com as disposições da Lei 8213/91 (BRASIL, 1991). No que diz respeito ao primeiro termo, Galvão e Oliveira (2022, p. 04) afirmam que “[...] o RGPS, consiste num seguro social, de modo que todos contribuem, e aqueles que são acometidos com doenças ou acidentes que ocasionam a perda da capacidade para o labor recebem benefícios”. Devido à natureza contributiva do RGPS, os segurados do RGPS podem receber benefícios em caso de doença ou infortúnio. De acordo com as regras vigentes, os segurados do RGPS podem receber benefícios através do desconto da folha de pagamento ou da guia de recolhimento no caso do contribuinte individual.

Segundo Avelino et al. (2021) a Previdência Social classifica os beneficiários em três categorias: Segurado Empregado, cujo trabalho é subordinado ao empregador, de modo que recebe pecúnia e não é de caráter eventual, realizando as tarefas que lhe foram designadas; Segurado Empregado Doméstico, onde seu trabalho é subordinado ao empregador, de modo que recebe pecúnia e não é de caráter eventual; e Segurado Individual, quando uma pessoa sem vínculo empregatício realiza uma atividade remunerada, assumindo os riscos que essa atividade pode oferecer.

Além disso, o artigo 9º, IV do Decreto 3.048/99 define outra espécie, o segurado avulso, como aquele que, sem vínculo empregatício, seja ele sindicalizado ou não, presta serviço urbano ou rural a mais de um empregador, seja no setor portuário, carga e descarga de mercadorias ou equipamentos e serviços de limpeza (BRASIL, 1999). No inciso VII do mesmo artigo e decreto, as considerações sobre os segurados especiais são descritas e categorizadas de acordo com a seguinte classificação:

A pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: a) produtor. [...], 1. agropecuária, [...]. 2.

seringueiro ou extrativista vegetal, [...]. b) pescador artesanal ou a ele assemelhado. c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de dezesesseis anos de idade ou a este equiparado. (BRASIL, 1999).

De acordo com as novas medidas impostas pela reforma da previdência através da Emenda Constitucional 103/2019, alguns fatores como idade, tempo de contribuição, carência, sofreram alterações, modificando aquilo que estava anteriormente previsto. Essas modificações também podem sofrer adaptações mediante a atividade de contribuição dos segurados, portadores de deficiência e trabalhadores vinculados obrigatoriamente ao regime previdenciário, mas que exercem emprego público (BRASIL, 2019).

2. 3 Regime complementar de previdência (RCP)

O objetivo do Regime Complementar de Previdência (RCP), de acordo com o Ministério do Trabalho e da Previdência (2021), é garantir que os contribuintes, em sua aposentadoria, recebam mais dinheiro do que deveria receber se apenas contribuíssem para o regime a que está vinculado. O RCP é um vínculo facultativo e é estendido aos que já contribuem de forma obrigatória para apoiar ainda mais o aposentado. Isso significa que a contribuição planejada do aposentado ao longo do período estipulado servirá como reserva para seu benefício. As Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) são as seções originais do regime RCP (BRASIL, 2022).

De acordo com a Lei Complementar N° 109 de 29 de maio de 2021, as EFPC são entidades de ‘natureza fechada’ as que atendem aos funcionários de uma organização ou a um grupo delas, servidores públicos chamados de ‘participantes’, entidades patrocinadoras que fornecem planos previdenciários aos seus colaboradores e entidades instituidoras que fornecem planos previdenciários aos associados e membros de pessoas jurídicas, com características de entidade profissional. As organizações ‘fechadas’ não conseguem acumular capital, o que significa que os administradores têm que separar o patrimônio próprio e os vinculados da EFPC (BRASIL, 2001). Rodrigues e Teixeira (2021) afirmam:

No que concerne as EFPC, a grande vantagem para seus participantes reside não somente nos recursos que eles aportam para sua poupança previdenciária, mas também, nas contribuições efetuadas pelas patrocinadoras, que na maior parte dos casos são paritárias as efetuadas pelos participantes, o que gera um efeito catalizador sobre o volume de recursos acumulados. (RODRIGUES e TEIXEIRA, 2001, p.02)

Bianco (2020) examina as entidades de previdência complementar aberta (EAPC) e descobriu que eles têm características semelhantes às seguradoras: seus benefícios se estendem a qualquer indivíduo independente, independentemente de ser servidor, classista ou vinculado a outros regimes obrigatórios, e sua forma deve ser uma sociedade anônima para obter lucros. Em relação às instituições financeiras, Melo e Venzon (2021, p. 248) afirmam:

Portanto, os planos de previdência abertos são oferecidos por instituições financeiras, as quais são remuneradas pela cobrança de uma taxa de administração para gestão do portfólio do plano. Observa-se que tais planos são ofertados a qualquer cidadão que sinta a necessidade de adquirir o produto e é caracterizado como um investimento de longo prazo. (MELO E VENZON. 2021, p. 248)

O custeio e a organização dos planos da EAPC se apresentam de duas formas diferentes. Os planos individuais são abertos a todos que desejam se enquadrar, desde que sejam realizados na condição de pessoa física. Os planos coletivos são condicionados a pessoas físicas de forma

direta ou indireta a pessoas jurídicas independentes. A EAPC funciona como uma poupança, garantindo assim valores de segurança em caso de aposentadoria, invalidez, acidente ou morte.

Assim, pode-se dizer que a adesão à previdência complementar pode ser vista como um acordo para suprir necessidades futuras, o que a torna uma opção para garantir estabilidade mesmo após a aposentadoria ou outras circunstâncias relacionadas a ela. Devido à sua natureza facultativa, é possível escolher a melhor forma que seja mais benéfica a cada indivíduo.

Devido às mudanças frequentes nos índices de idade e tempo de contribuição de cada contribuinte do Regime Geral ou Regime Próprio de Previdência Social, a aquisição de um plano de previdência complementar é essencial. Como resultado, o beneficiário deve saber o tipo de investimento e entender que ele pode fornecer estabilidade em situações instáveis.

O tempo de resgate que excede três décadas é atraente para o beneficiário porque oferece retornos futuros. Além disso, eles devem buscar maneiras de proteger a segurança e evitar calamidades financeiras para o país (Souza e Nievas, 2020).

2.4 Graduação em Ciências Contábeis

A origem história do profissional contábil brasileiro tem a sua origem no período imperial, onde através da sanção do imperador D. Pedro II, onde através do Código Comercial Brasileiro reconheceu o guarda-livros como um agente auxiliar do comércio. Anos após esse fato, em 1930 durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas houve a regulamentação da profissão contábil, e em 1945 foi estabelecido os primeiros estudos formais acadêmicos em contabilidade (Rodrigues et al, 2009).

Conforme a evolução e necessidades atuais, o profissional contábil modificou o seu perfil, buscando atender aos mais diversos setores, não apenas os fiscais, mas também as gerências, de planejamentos e tomadas de decisões necessitado assim desse profissional uma ampla visão, que deve ser estabelecido desde a sua graduação, e um conhecimento diversificado em diversos setores a ponto de ser inserido nas exigências profissionais atuais (Ferreira et al, 2020).

A graduação em ciências contábeis no campus IV CCAE UFPB, oferece em sua grade curricular disciplinas que não apenas focam apenas nos preceitos contábeis, como outras que contribuem para o aperfeiçoamento dos discentes, como demonstrado na tabela:

Tabela 01 – Componentes curriculares Ciências Contábeis CCAE UFPB

Código	Disciplina	Carga Horária
8108001	INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	60h
8108007	ECONOMIA I	60h
8108005	LEGISLAÇÃO SOCIAL DIREITO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	60h
8108004	DIREITO EMPRESARIAL	60h
8103124	ESTATÍSTICA I	60h
8108008	MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS	60h

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, com base nas informações obtidas na grade curricular do curso Ciências Contábeis CCAE UFPB (2023)

Com base na tabela anterior é possível observar que com a matriz curricular diversificada, os graduandos em ciências contábeis obtêm conhecimentos úteis para atuar em diversos setores e atender as exigências do mercado, como também para capacitação pessoal, auxiliando os indivíduos a melhorar suas capacitações.

3 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos deste estudo, se classifica como pesquisa bibliográfica, documental, descritiva, e interpretativa, sendo classificada como: qualitativa, pois busca compreender as motivações, atitudes e comportamento dos discentes; e quantitativa pois o tratamento dos dados é sistematizado em tabelas (LEITE; NASCIMENTO, 2015).

No tocante a coleta de dados, foi utilizado um questionário contendo 16 (dezesesseis) perguntas. Essas perguntas foram divididas em duas seções: a primeira dedicou-se a perguntas pessoais e a segunda às opiniões sobre planejamento previdenciário e temas relacionados. O questionário foi aplicado de forma presencial, através de uma pesquisa de campo, como também foi feito de forma online, através da ferramenta Google Formulário, entre os dias 25 (vinte e cinco) e 27 (vinte e sete) de abril. Por método de organização, o formulário foi aplicado em cada sala de período, onde foi observado a dificuldade de encontrar de forma presencial algumas turmas, sendo assim necessário aplicar de forma on-line onde mesmo assim não houve resposta total dos integrantes do período. Mediante a este fato, o questionário foi aplicado a 130 discentes, conforme informações contidas no site do curso de Ciências Contábeis (CCAЕ/UFPB), o curso possui 421 alunos ativos em consulta feita em junho de 2023, sendo assim, a presente pesquisa representa 31% da população analisada.

4. Apresentação e análise dos resultados

Neste item, sistematizam-se e catalogam-se os dados coletados e os dispõem em tabelas ilustrativas, com o objetivo de demonstrar a visão quantitativa da percepção estudada. Logo após a exposição da tabela são demonstrados os resultados.

4.1 Perfil dos discentes

O questionário foi aplicado a 130 discentes, e sua primeira parte tem como objetivo traçar um perfil dos mesmos. Foram informados assuntos como: gênero, faixa etária, renda e período de curso.

Tabela 02 – Gênero dos respondentes

Sexo	Frequência Total	Frequência Percentual
Masculino	71	54,5
Feminino	59	45,5
Outros	0	0
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

Conforme os dados da Tabela 01, foi possível observar que houve uma predominância de entrevistados do sexo masculino em relação ao feminino.

Tabela 03 – Faixa Etária

Faixa Etária	Frequência Total	Frequência Percentual
Até 20 anos	40	30,5
De 21 a 25	56	42,5
De 26 a 30 anos	21	15,5
Acima dos 30 anos	16	11,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

De acordo com a tabela 2, a pesquisa sobre a faixa etária revela que a maior parte dos discentes possui entre 21 a 25 anos, representando 42,5% dos entrevistados; a segunda maior parte compreende a faixa de até 20 anos, que representa 30,5%. Observa-se também que a faixa dos 26 a 30 anos representa 15,5%, e dos acima dos 30 anos compreende o total de 11,5%. Conforme as informações dispostas na tabela acima, é possível observar que os discentes entrevistados, em sua maioria, são jovens ainda em idade ingressante no mercado de trabalho. A tabela 03 se propõe a informar a renda mensal dos participantes.

Tabela 04 – Renda Mensal

Renda Mensal	Frequência Total	Frequência Percentual
Até 1 salário mínimo	59	45,5
Entre 2 e 3 salários	21	16,5
Entre 4 e 5 salários	02	1,5
Não Possui	48	36,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

Observando-se a tabela 03, a maioria dos discentes (45,5%), possuem uma renda mensal correspondente até 01 (um) salário mínimo; a segunda maior parte, compreende 36,5%, não possui renda; 16,5% dos entrevistados revelaram receber entre dois e três salários e 1,5% entre quatro e cinco salários. Com base nos dados da tabela 3, é possível observar que a maior parte dos discentes recebem até um salário mínimo ou ainda não possuem renda, o que torna um fator que o impossibilita a filiação em alguma forma de previdência complementar. A próxima tabela (04) oferece dados sobre o período em que os alunos estão.

Tabela 05 – Período do Curso

Período do Curso	Frequência Total	Frequência Percentual
Até o 5º período	82	63,5
Superior ao 5º período	48	36,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

Conforme a tabela acima, a maior parte dos entrevistados, ou seja, 63,05%, revelou que estão entre o primeiro e o quinto período, enquanto os 36,5% restantes afirmaram estar acima do quinto período. Com base na tabela 04, é revelado que a maior parte dos entrevistados ainda

não obtiveram mais de 50% do total do curso, onde a ausência do conhecimento complementar de outras disciplinas poderia afetar a compreensão ou não influenciar sobre o planejamento previdenciário.

Tendo como base as afirmações das tabelas anteriores é possível traçar um perfil dos discentes, onde houve uma predominância em algumas respostas, onde foi possível observar que a maioria dos entrevistados são jovens com menos de 25 anos, que possuem uma renda equivalente a 1 (um) salário mínimo, ou como descrito em alguns casos, não possuem renda, e estão cursando até o 5º período, ainda não desfrutando do conhecimento ofertado em outras disciplinas de períodos superiores. Nos pontos seguintes, será demonstrada as percepções dos discentes acerca das questões previdenciárias, onde abordaremos suas motivações, interesses e entendimentos sobre as principais questões envolvendo a previdência.

4.2 Percepção dos discentes sobre o planejamento previdenciário

Através dos assuntos abordados anteriormente, o sistema previdenciário brasileiro apresenta instabilidades e inseguranças, onde através da legislação é possível modificar os parâmetros em que os segurados se encontram de forma que possa alterar as condições dos seus segurados. No tocante a essas questões faz necessário compreender o posicionamento dos discentes em relação ao conhecimento previdenciário, como também acerca do seu planejamento, que possa auxiliá-lo em situações adversas.

Na segunda parte do questionário, foi indagado aos discentes quais as suas ‘percepções’ sobre o planejamento previdenciário. Na primeira pergunta da segunda seção foram questionados acerca do nível de conhecimento acerca dos assuntos previdenciários.

Tabela 06 – Nível de conhecimento sobre assuntos previdenciários

Nível	Frequência Total	Frequência Percentual
Nenhum	40	30,5
Pouco	59	45,5
Regular	28	21,5
Avançado	03	2,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

Constatou-se que a maior parte, que compõe 45,5% dos entrevistados, revelaram que possuem pouco conhecimento sobre os assuntos previdenciários; 30,05% relataram que não possuem conhecimento; 21,05% possuem conhecimento regular e 2,5% conhecimento avançado. Se entrarmos em comparação com a tabela 04, é possível observar a relação entre elas onde a pouca experiência em seu tempo de graduação pode refletir em sua opinião acerca do nível de conhecimento sobre os assuntos previdenciários.

A tabela seguinte (06) informa dados sobre o nível de importância sobre conhecer um planejamento previdenciário. Os dados refletem o seguinte:

Tabela 07 – Nível de importância sobre ter conhecimento sobre o planejamento previdenciário

Nível	Frequência Total	Frequência Percentual
Pouco Importante	04	3,0
Regular	42	32,5
Muito Importante	84	64,5

Total	130	100,00
-------	-----	--------

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

Conforme a tabela 06, um total de 64,5% informou possuir conhecimento sobre o planejamento previdenciário, é muito importante; 32,5% afirmam que a importância é regular, e 3% que é pouco importante. Se compararmos as tabelas 05 e 06 é possível observar que apesar da maioria dos discentes consideraram que o conhecimento sobre o planejamento previdenciário é de grande importância, todavia eles ainda não possuem, ou possuem pouco conhecimento sobre o planejamento previdenciário. A tabela 07 mostra o nível de intenção, entre os discentes, em realizar um planejamento.

Tabela 08 – Intenção de realizar um planejamento previdenciário

Opinião	Frequência Total	Frequência Percentual
Possuo	99	76,5
Não Possuo	31	23,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

Quando questionados sobre a intenção de adquirir uma previdência complementar, 76,5% dos pesquisados relataram que têm a intenção de realizar um planejamento, enquanto 23,5% não possuem essa intenção. A tabela 08, na sequência, trata dos motivos pelos quais ainda não cogitaram em adquirir uma previdência complementar. Vejamos os resultados:

Tabela 09 – Motivos para ainda não ter adquirido uma previdência complementar

Opinião	Frequência Total	Frequência Percentual
Conhecimento Insuficiente	45	34,5
Recurso Insuficiente	52	40,0
Outros Investimentos	24	18,5
Não se sente seguro	09	7,0
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

Conforme a tabela 08, a maior parte, comportando 40% dos entrevistados, revelou que não possuem recursos suficientes; 34,5% revelaram que não possuem conhecimento suficiente sobre o assunto; 18,5% que preferem fazer outros investimentos e 7% não se sentem seguros para adquirir. Conforme comparamos as tabelas 7 e 8, é possível observar que, apesar de haver interesse em adquirir uma previdência complementar, o fator ‘recurso’ é impeditivo. Passemos a verificar a tabela seguinte (09):

Tabela 10 – Sistema previdenciário público é capaz de suprir suas necessidades?

Respostas	Frequência Total	Frequência Percentual
Sim	37	28,5
Não	93	71,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

No tocante à indagação sobre a capacidade do sistema previdenciário público ser capaz de suprir suas necessidades, caso venham a ficar incapacitados de exercer funções laborativas, 71,5% afirmaram que o sistema não pode suprir; em contraponto, 28,5% afirmaram que poderia suprir suas necessidades.

Tabela 11 – Confiança dos discentes com o atual sistema previdenciário brasileiro

Resposta	Frequência Total	Frequência Percentual
Me Sinto Seguro	12	9,5
Não me Sinto Seguro	118	90,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

No questionamento sobre a confiança dos discentes com o atual sistema previdenciário brasileiro, 90,5% relataram que não se sentem seguros ou confiantes, e 9,5% afirmaram que se sentem seguros/confiantes. Quando observamos as tabelas 9 e 10, é possível constatar a insegurança dos discentes com o sistema previdenciário e a preocupação com o seu futuro, pois mesmo com a predominância da resposta pouco conhecimento da tabela 05, mais de 50% dos entrevistados afirmar que os benefícios obtidos não são capazes de suprir suas necessidades.

Por fim, questiona-se aos participantes se “Durante a graduação, os conhecimentos obtidos lhe influenciaram a adquirir uma previdência complementar?”

Tabela 12 – Durante a graduação, os conhecimentos obtidos lhe influenciaram a adquirir uma previdência complementar?

Resposta	Frequência Total	Frequência Percentual
Sim	51	39,5
Não	79	60,5
Total	130	100,00

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2023)

A última pergunta da segunda parte do questionário teve como objetivo conhecer a influência do que foi aprendido durante a graduação, até o presente momento. Quando questionados se o que eles absorveram durante o curso incentivou a adquirir uma previdência complementar, 39,5% responderam de forma positiva, enquanto 60,5% de forma negativa. Mediante esse padrão de resposta e comparando com as tabelas inseridas na primeira parte da pesquisa é possível observar que esse padrão de resposta pode ser vinculado a pouca experiência dos graduandos em relação ao total de aprendizado que é oferecido na matriz curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar o conhecimento e o grau de importância que os alunos de contabilidade, do Campus IV, têm sobre o planejamento previdenciário, bem como, de que forma, o curso de graduação influenciou seu pensamento em obter previdência complementar. Os resultados mostram que os alunos de contabilidade conhecem a existência de planejamento previdenciário, mas não sabem como se realiza tal planejamento. Os mesmos relataram ainda que durante a graduação sentiram pouca influência do curso acerca de assuntos previdenciários.

O curso possui um público de discentes predominante de jovens, e em sua maioria estão abaixo do quinto período, e acerca dos conhecimentos sobre o planejamento previdenciário ainda se sentem inseguros ou não estão economicamente instáveis para a realização do mesmo, muito embora não se sintam seguros com o atual sistema previdenciário nem considerem a sua dependência como algo considerável.

Diante desse cenário, é possível observar que pontos como a insegurança que o sistema público de previdência traz aos cidadãos, a dependência dele em situações onde a atividade laboral precisa ser encerrada e como ela reduz a sua capacidade de obter produtos, bens e serviços vitais para a manutenção precisam ser explorados. Muitos desses resultados ainda podem estar relacionados à cultura brasileira em depender da previdência pública, da renda ou da falta de confiança e segurança, fatores esses impeditivos para que os alunos realizem um planejamento previdenciário.

A pesquisa teve limitações no tocante à participação dos discentes se compararmos com o total de alunos ativos, mediante a esse fato, para pesquisas futuras sugere-se que o recolhimento dos dados seja feito apenas de modo presencial e em um maior período de tempo de forma a garantir a totalidade das respostas. Diante das questões apresentadas ainda no tocante às pesquisas futuras, é necessário que ela seja aplicada aos egressos do curso de ciências contábeis CCAE UFPB, como também aos graduandos, direcionando essa pesquisa apenas a aqueles que em seu histórico apresentam mais de 50% da grade curricular.

Por fim, ao responder à pergunta norteadora da pesquisa, descobriu-se que o conhecimento dos alunos sobre o planejamento previdenciário é insatisfatório e pouco discutido na academia sendo necessário um trabalho contínuo para suprir essa carência e pesquisas futuras para mostrar como os alunos mudam de opinião.

REFERÊNCIAS:

AVELINO, J. A. et al. Os Aspectos Individuais Dos Segurados Comuns, Segurados Especiais E Beneficiários da Previdência Social. Revista de direito do trabalho, processo do trabalho e direito da seguridade social. janeiro – junho. v.5, n.1, 2021. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/66/54>. Data de acesso: 08/10/2022

BIANCO, D. D. Breves Apontamentos Acerca Dos Impactos Da Ec 103/2019 Sobre O Regime De Previdência Complementar Dos Servidores Públicos. Revista da Procuradoria-Geral Do Estado De São Paulo. São Paulo. n. 91/92. p. 1-216. janeiro -dezembro. 2020. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/2021_Periodicos/Rev_PGE-SP_n.91-92.pdf#page=217. Data de Acesso: 11/10/2022

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Previdência Complementar. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar#:~:text=A%20previd%C3%Aancia%20complementar%20possibilita%20a,vida%20na%20fase%20p%C3%B3s%20laborativa>. Data de acesso: 12/10/2022

BRASIL. Decreto 3048, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm. Data de acesso: 08/10/2022

BRASIL. Ementa Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Data de acesso: 08/10/2022

BRASIL. Lei Complementar N° 109 de 29 de maio de 2021. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm#:~:text=Art.,termos%20do%20caput%20do%20art. Data de acesso: 11/10/2022

BRASIL. Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm. Data de acesso: 04/10/2022

BRASIL. Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Data de acesso: 04/10/2022

BRASIL. Relatório Gerencial de Previdência Complementar. Brasília. 4º Bimestre de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/relgersurpc_082021.pdf. Data de acesso: 12/10/2022

CAVALCANTE, J. R. et. al. COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 29(4):e2020376, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ress/v29n4/2237-9622-ress-29-04-e2020376.pdf>. Data de acesso: 08/10/2022

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil Revista Administração Pública. 54 (4). Jul-Aug 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?lang=pt&format=html>. Data de acesso: 15/10/2022

FERREIRA, O. A. et al. Contabilidade e Avanços Tecnológicos: Um Estudo da Percepção de Contadores na Região de Campinas sobre Perfil do Contador no Mercado de Trabalho. Revista: A Contabilidade e as Novas Tecnologias. 7 a 9 de Setembro 2020. Disponível em: http://ccn-ufsc-cdn.s3.amazonaws.com/10CCF/20200714220215_id.pdf. Data de acesso 21/06/2023

GALVÃO, C. G.; OLIVEIRA, T. R. Requisitos Para A Concessão Do Benefício Por Incapacidade Permanente No Regime Geral De Previdência Social (RGPS). Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8. n.05. maio. 2022. Disponível em: <http://recifaqui.faqi.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/161> Data de acesso: 04/10/2022

KREIN, J.D.; BORSARI, P. Pandemia e desemprego: análise e perspectivas. Instituto de Economia/Unicamp. 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/05/02.pdf>. Data de acesso: 14/06/2023

LEITE, L. F.; NASCIMENTO, F. P. Metodologia da Pesquisa Científica. Teoria e Prática. BRASILIA: Thesaurus, 2015.

MELO, E. S.; VENZON G. Previdência Complementar: Um Estudo Com A População Do Sudoeste Do Paraná. Revista Faz Ciência, Vol. 23, N. 37, janeiro - junho de 2021. P. 244 -271. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/26174/17211>. Data de acesso: 11/10/2022

MONTE, E. F. S. A CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA COMO RAMO ESPECIALIZADO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL. Intraciência: Revista Científica, FAGU: Faculdade do Graruja. Edição 21 – maio/junho 2021. Disponível em: http://www.uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210618130355.pdf. Data de Acesso: 20/06/2023

NIEVAS, J. V.; SOUZA, L. T. PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: um estudo entre jovens inseridos no contexto da reforma previdenciária brasileira. Revista Percurso Acadêmico, Belo Horizonte, v. 10, n. 20 jul./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/25353/18136>. Data de acesso: 12/10/2022

RODRIGUES, A.; TEIXEIRA, R. F. A. P. Economias de escala nas entidades fechadas de previdência complementar brasileiras: existe um tamanho ótimo? Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 18, n. 46, p. 97-112, jan./mar., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/70701/45402>. Data de Acesso: 11/10/2022

RODRIGUES, A. T. L. R. Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis. Fundação Brasileira de Contabilidade. 2009. Brasília. Disponível em: <https://fbc.org.br/wp-content/uploads/2017/09/proposta.pdf>. Data de acesso: 21/06/2023

SANTOS, M. F. Esquematizado - Direito Previdenciário. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553623095. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623095/>. Acesso em: 04 out. 2022.

TEIXEIRA, K. A.; LOPES, I. F.; MEURER, A. M. Perfil investidor e autoeficácia de estudantes de contabilidade. Ágora : revista de divulgação científica, [S. l.], v. 28, p. 1–22, 2023. DOI: 10.24302/agora.v28.4678. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/4678>. Acesso em: 20 jun. 2023.